

2015-2016

RELATÓRIO DA FORMAÇÃO CONTÍNUA DO PESSOAL DOCENTE

Ficha técnica

Título

Relatório da formação contínua do pessoal docente - 2015-2016

Tratamento de dados

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos e Formação

Coordenação

Equipa de Gestão da Autonomia e Formação

Elaboração

Direção-Geral da Administração Escolar

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos e Formação

Lisboa, setembro de 2017

| | |
|---|-----------|
| Índice | |
| Índice de tabelas | 4 |
| Índice de gráficos | 4 |
| Siglário | 5 |
| Introdução | 6 |
| | |
| I. FORMAÇÃO CONTÍNUA DE EDUCADORES E PROFESSORES REALIZADA A NÍVEL NACIONAL EM 2015-2016 | 8 |
| 1.Caraterização global da formação realizada em 2015-2016 | 8 |
| 1.1. Entidades formadoras | 10 |
| 1.2. Modalidades de formação | 12 |
| 1.2.1.Formação de curta duração | 14 |
| 1.3. Área de formação | 19 |
| 1.4. Dimensão de formação..... | 20 |
| 1.5. Duração da formação..... | 21 |
| 1.6. Formandos..... | 21 |
| 1.6.1.Caraterização global dos formandos | 21 |
| 1.6.2.Caraterização dos formandos por região | 23 |
| 1.7 Formadores | 25 |
| 1.7.1.Caraterização dos formadores por entidade formadora | 25 |
| | |
| II. ANÁLISE COMPARADA DA FORMAÇÃO CONTÍNUA REALIZADA NOS ANOS 2014-2015 E 2015-2016..... | 27 |
| 2.Caraterização global da formação | 27 |
| 2.1. Ações de formação e turmas | 29 |
| 2.2. Formandos..... | 31 |
| 2.3. Formadores | 33 |
| | |
| III CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Formação contínua realizada em 2015-2016 (Portugal Continental)..... | 8 |
| Tabela 2 - Número e percentagem de turmas e de formandos por entidade formadora | 11 |
| Tabela 3 - Número de ações por modalidade de formação e região | 13 |
| Tabela 4 - Número e percentagem de formandos por região e menção avaliativa. | 25 |
| Tabela 5 - Formação contínua realizada em 2014-2015 e 2015-2016 (Portugal Continental).. | 27 |

Índice de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Número de ações de formação por região | 8 |
| Gráfico 2 - Número de turmas por região | 9 |
| Gráfico 3 - Número de horas de formação por região | 9 |
| Gráfico 4 - Número de ações de formação por área de formação e região | 10 |
| Gráfico 5 - Número de ações realizadas por entidade formadora | 11 |
| Gráfico 6 - Número de ações de formação por modalidade..... | 12 |
| Gráfico 7 - Número de formandos por modalidade | 12 |
| Gráfico 8 - Número de ações por modalidade (CFAE e outras entidades formadoras) | 14 |
| Gráfico 9 - Número de ações de curta duração certificadas por região | 15 |
| Gráfico 10 - Número de formandos certificados em ações de curta duração. | 15 |
| Gráfico 11 - Duração das ações de curta duração | 16 |
| Gráfico 12 - Duração das ações de curta duração por região | 16 |
| Gráfico 13 - Percentagem de formadores, com e sem contrapartida financeira. | 17 |
| Gráfico 14 - Número de formadores por região em ações de curta duração. | 17 |
| Gráfico 15 - Percentagem de ações por temática de formação de curta duração | 18 |
| Gráfico 16 - Número de ações de curta duração por temática e região | 19 |
| Gráfico 17 - Número de ações e turmas por área de formação | 20 |
| Gráfico 18 - Número de ações por dimensão | 20 |
| Gráfico 19 - Número de formandos por dimensão | 21 |
| Gráfico 20 - Número de ações de formação por duração..... | 21 |
| Gráfico 21 - Número de formandos por área de formação | 22 |
| Gráfico 22 - Número de formandos por duração da ação de formação | 22 |
| Gráfico 23 - Número de formandos por região | 23 |
| Gráfico 24 - Número de formandos com e sem conclusão da formação por região..... | 24 |
| Gráfico 25 - Número e percentagem de formadores por entidade..... | 25 |
| Gráfico 26 - Número e percentagem de formadores com e sem contrapartida financeira | 26 |
| Gráfico 27 - Número de formadores com e sem contrapartida financeira por entidade formadora | 26 |
| Gráfico 28 - Número de ações por modalidade..... | 27 |
| Gráfico 29 - Número de ações por dimensão | 28 |
| Gráfico 30 - Número de horas de formação por região (das turmas) | 28 |
| Gráfico 31 - Número de ações de formação por modalidade (CFAE e outras entidades) | 29 |
| Gráfico 32 - Número de ações de formação por região | 29 |
| Gráfico 33 - Número de turmas por região | 30 |
| Gráfico 34 - Número de ações por área de formação | 30 |
| Gráfico 35 - Número de turmas por área de formação..... | 31 |
| Gráfico 36 - Número de formandos por região | 31 |
| Gráfico 37 - Número de formandos por área de formação | 32 |
| Gráfico 38 - Número de formandos que concluiu e não concluiu a formação | 32 |
| Gráfico 39 - Número de formadores por entidade | 33 |
| Gráfico 40 - Número de formadores com e sem contrapartida financeira | 33 |

Siglário

| | |
|--------------|---|
| CFAE | Centro de Formação de Associação de Escolas |
| CCPFC | Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua |
| DGAE | Direção-Geral da Administração Escolar |
| DGE | Direção-Geral de Educação |
| RJFCP | Regime Jurídico de Formação Contínua de Professores |

Introdução

A sociedade em contínua mudança leva a uma realidade educativa que insta os agentes educativos a apresentarem e concretizarem respostas diversificadas e adequadas a uma população estudantil com características cada vez mais heterogéneas, no seio de uma escola de massas, o que justifica a necessidade de reforço do sistema de formação contínua de educadores e professores.

Em Portugal, a formação contínua assumiu maior relevo desde 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo Português (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), na qual esta foi consagrada no seu sentido universal, assumindo-se como um direito de todos os educadores, professores e outros profissionais da educação (artigo 35.º, n.º 1). Acrescenta a Lei de Bases que a formação contínua deve ser “suficientemente diversificada de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e atualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira” (artigo 35.º, n.º 2).

Por seu lado, o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD - Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de junho, e seguintes) refere que a formação contínua visa “assegurar a atualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à atividade profissional do pessoal docente, visando ainda objetivos de desenvolvimento na carreira e de mobilidade nos termos do presente Estatuto” (artigo 15.º). Nesta perspetiva, o planeamento da formação contínua deve ser pensado “de forma a promover o desenvolvimento das competências profissionais do docente”.

O novo Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores (RJFCP), estabelecido com a publicação do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, estabelece um “novo paradigma para o sistema de formação contínua, orientado para a melhoria da qualidade do desempenho dos professores, com vista a centrar o sistema de formação nas prioridades identificadas nas escolas e no desenvolvimento profissional dos docentes”.

A formação contínua assume as seguintes modalidades: cursos de formação, oficinas de formação, círculos de estudos e ainda ações de curta duração. Compete ao Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) a acreditação, ou seja, o reconhecimento da entidade formadora, da ação de formação e a sua certificação em todas as modalidades de formação, com exceção das ações de curta duração.

Ao nível da conceção da formação, tendo em conta as necessidades formativas dos professores e organizacionais das diversas escolas, estão definidas sete áreas de formação:

- a) Área da docência, ou seja, áreas do conhecimento que constituem matérias curriculares nos vários níveis de ensino;
- b) Prática pedagógica e didática na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula;
- c) Formação educacional geral e das organizações educativas;
- d) Administração escolar e administração educacional;
- e) Liderança, coordenação e supervisão pedagógica;
- f) Formação ética e deontológica;
- g) Tecnologias da informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar” (Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, artigo 5.º).

Para garantir a “qualidade da formação”, o atual RJFCP prevê “dispositivos de regulação diversificados”, entre os quais se destaca a introdução de um novo mecanismo de monitorização que permita “a recolha de informação fiável de suporte à tomada de decisão sobre a formação contínua de docentes, indispensável a uma maior adequação da oferta formativa às exigências do presente e do futuro”.

Segundo o RJFCP, nos artigos 21.º e 27.º, cabe à Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) desenvolver e implementar “mecanismos de monitorização”. Nomeadamente, a constituição de um “sistema de informação” e “monitorização das ações de formação”, oferecidas por cada entidade formadora, que permita a elaboração de um “relatório anual”.

Em conformidade com este enquadramento legislativo, a partir de julho de 2015 todas as entidades formadoras nacionais registaram na plataforma *online*, criada pela DGAE, os dados relativos à formação contínua realizada em 2014-2015 e 2015-2016, de acordo com os campos aí definidos. Desta forma passou a ser possível disponibilizar, anualmente, informação útil sobre a formação contínua realizada por professores e educadores a nível nacional, contribuindo para o conhecimento das suas principais características, numa lógica de melhoria e adequação às necessidades de docentes e escolas.

O presente relatório, centrado na formação contínua de educadores e professores, destina-se a divulgar os dados relativos ao ano de 2015-2016, inscritos na plataforma *online* da DGAE pelas entidades formadoras. A estrutura do relatório compreende três partes. Num primeiro momento caracteriza-se a formação contínua nacional de educadores e professores, quer do ponto de vista das orientações legais, quer da ação das entidades formadoras, formadores e agentes da formação. Num segundo momento apresenta-se uma breve análise comparativa da formação realizada entre 2014-2015 e 2015-2016. Por último tecem-se algumas considerações sobre a qualidade e o estatuto da formação contínua de educadores e professores no sistema educativo português.

I - FORMAÇÃO CONTÍNUA DE EDUCADORES E PROFESSORES REALIZADA A NÍVEL NACIONAL EM 2015-2016

1. Caracterização global da formação

No ano escolar de 2015-2016 foram registadas na base de dados da formação contínua da DGAE, pelas entidades formadoras, um total de 2567 ações, implementadas em 3122 turmas. Estiveram envolvidos 62002 formandos e a duração das ações fez um total de 68981 horas.

| Ações | Turmas | Formandos | Horas de formação (das ações) |
|-------|--------|-----------|-------------------------------|
| 2567 | 3122 | 62002 | 68981 |

Tabela 1 - Formação contínua realizada em 2015-2016 (Portugal Continental)

O número de ações de formação foi superior na região Norte, representando 38% do total. Destaca-se, por ordem decrescente, a região de Lisboa e Vale do Tejo (35%), Centro (17%), Algarve (6%) e Alentejo (4%) (cf. gráfico 1).

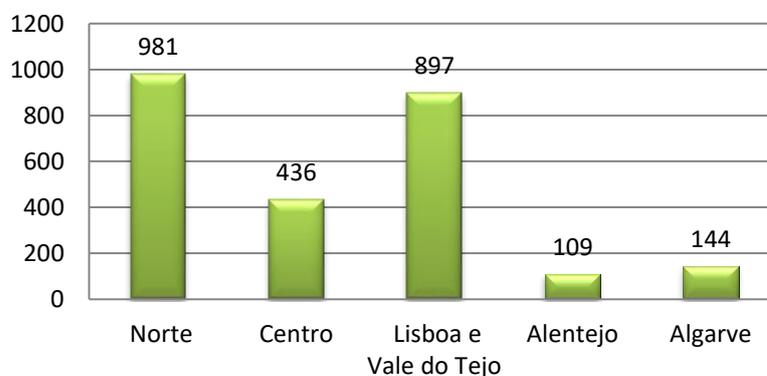


Gráfico 1 - Número de ações de formação por região

O número de turmas acompanhou esta tendência, como se pode constatar no gráfico 2. É de destacar o facto de o número de turmas da região Norte e da de Lisboa e Vale do Tejo representar 73% da totalidade das turmas realizadas nas diferentes regiões. A região Centro contou com 17% das turmas e as regiões do Algarve e Alentejo com 6% e 4% das turmas respetivamente.

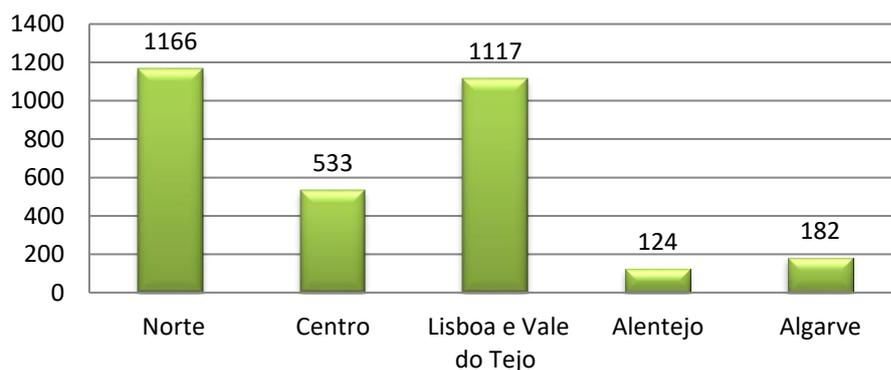


Gráfico 2 - Número de turmas por região

O número de horas de formação (das turmas) por região segue a tendência anterior, relativamente ao número de ações e de turmas (cf. gráfico 3). É superior na região Norte, correspondendo a 38% do total de horas realizadas a nível nacional; seguida pela região de Lisboa e Vale do Tejo, com 36%; do Centro com 16%, do Algarve com 6%, e, por último, o Alentejo, com 4%.

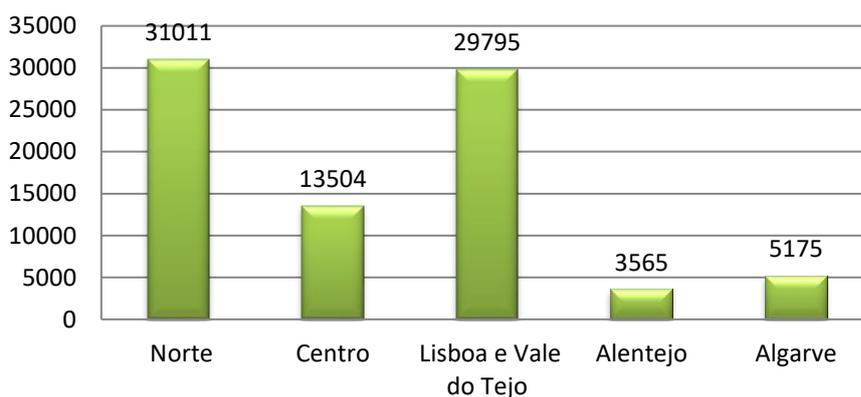


Gráfico 3 - Número de horas de formação por região

As ações de formação foram desenvolvidas em todas as áreas de formação, mas com distribuição desigual por região (cf. gráfico 4). Todas as regiões privilegiaram a formação na área da prática pedagógica e didática na docência, bem como nas áreas de docência.

As áreas da administração escolar e educacional, assim como as da liderança, coordenação e supervisão pedagógica, foram as menos privilegiadas em todas as regiões.

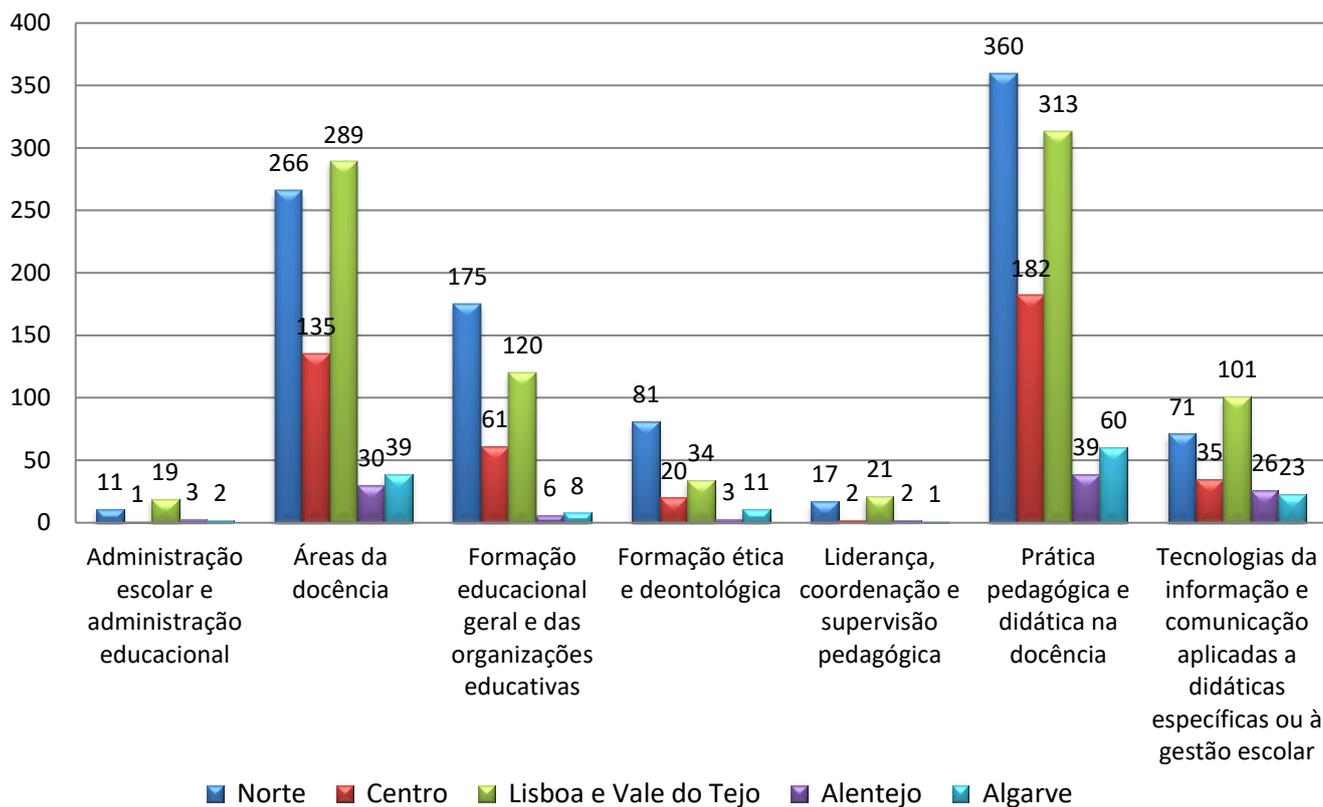


Gráfico 4 - Número de ações de formação por área de formação e região

1.1. Entidades formadoras

O registo da formação contínua realizada no ano escolar 2015-2016 foi efetuado por 90 CFAE (o CFAE Terras de Montado não realizou formação contínua) e por outras entidades formadoras, num total de 69 (o presente relatório não contempla a formação contínua realizada pela Direção-Geral de Educação).

Da análise do gráfico 5 conclui-se que os centros de formação são responsáveis por 73% das ações realizadas pelas entidades formadoras.

As entidades formadoras das associações profissionais/científicas/culturais e das organizações sindicais são responsáveis por, respetivamente, 9% e 8% das ações concretizadas. As ações realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo, outras entidades formadoras e institutos/organismos públicos correspondem apenas a 10% da totalidade da formação.

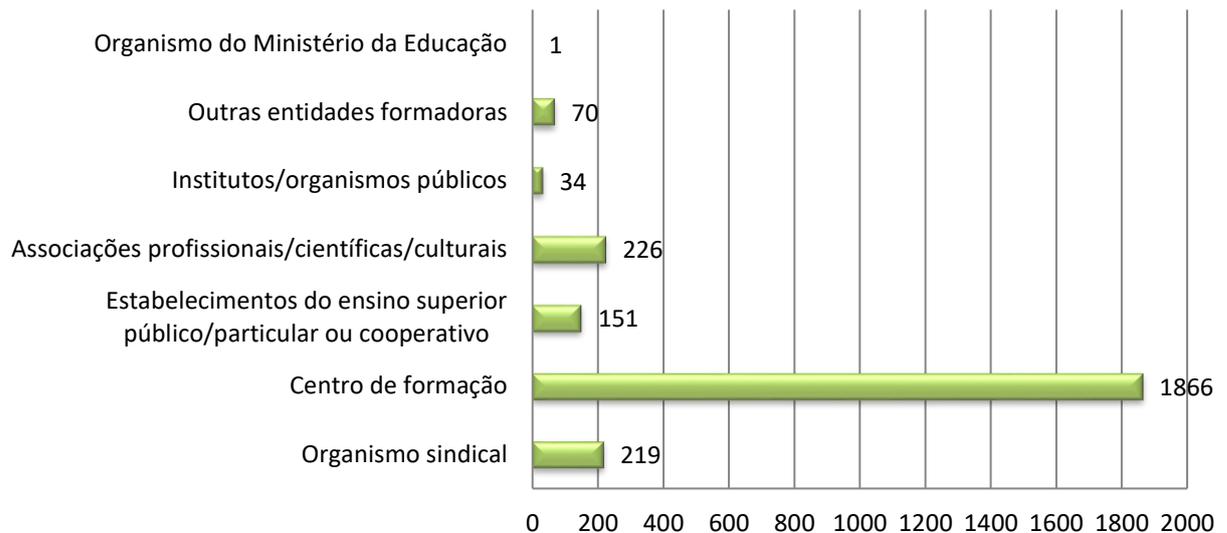


Gráfico 5 - Número de ações realizadas por entidade formadora

A análise da tabela 2 reitera a importância dos CFAE como entidade formadora. Estes centros realizaram o maior número de turmas (73,7% do total) e certificaram mais formandos (76,4% do total), encontrando-se a uma grande distância das associações profissionais/científicas/culturais e dos estabelecimentos do ensino superior público/particular ou cooperativo, que apresentam o segundo valor mais elevado relativamente ao número de turmas e formandos.

| Entidades formadoras | N.º de turmas | % | N.º de formandos | % |
|---|---------------|------|------------------|------|
| Organismo sindical | 236 | 7,6 | 4605 | 7,4 |
| Centro de formação | 2301 | 73,7 | 47352 | 76,4 |
| Estabelecimentos do ensino superior público/particular ou cooperativo | 176 | 5,6 | 2201 | 3,5 |
| Associações profissionais/científicas/culturais | 264 | 8,5 | 4332 | 7,0 |
| Institutos/organismos públicos | 47 | 1,5 | 959 | 1,5 |
| Outras entidades formadoras | 97 | 3,1 | 2503 | 4,0 |
| Organismo do Ministério da Educação | 1 | 0,03 | 50 | 0,1 |

Tabela 2 - Número e percentagem de turmas e de formandos por entidade formadora

1.2. Modalidades de formação

Considerando as modalidades de formação contínua estabelecidas no RJFCP, verifica-se que a modalidade dominante, durante o ano escolar de 2015/2016, foi o *curso de formação*, com 76% das ações; seguida da *oficina de formação*, com 21%. As restantes modalidades têm uma expressão pouco significativa, representando no seu conjunto 3% da formação realizada.

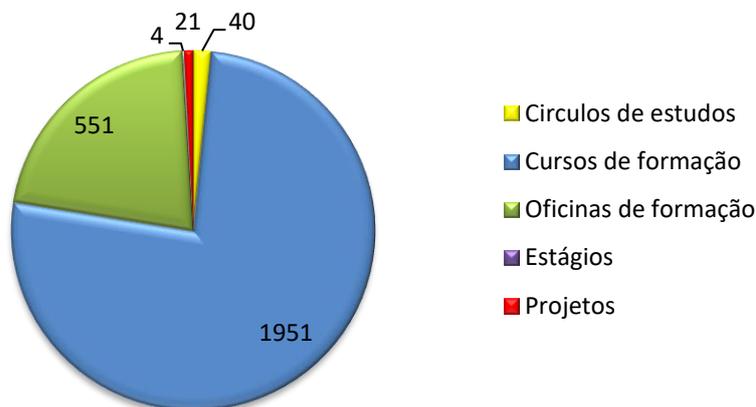


Gráfico 6 - Número de ações de formação por modalidade

Os dados recolhidos, a partir da análise do número de formandos por modalidade, são concordantes com os verificados na relação do número de ações por modalidade.

A modalidade que reuniu mais formandos foi o curso de formação, com 81% dos formandos, seguida da oficina de formação, com 18% dos formandos. As restantes modalidades têm uma expressão pouco significativa, com 746 docentes, representando no seu conjunto apenas 1% dos formandos envolvidos.

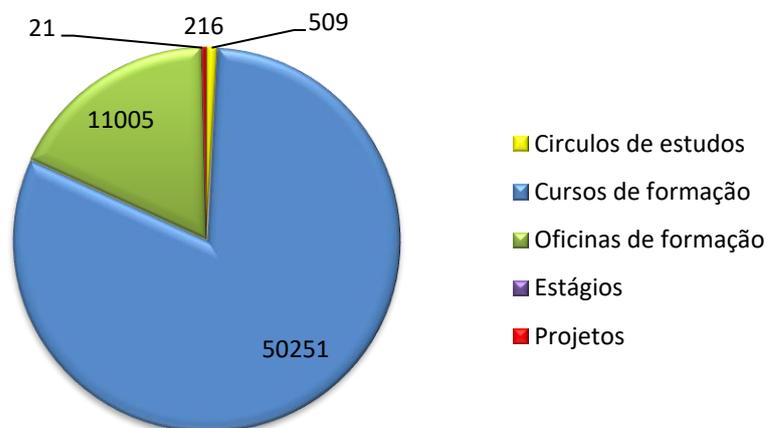


Gráfico 7 - Número de formandos por modalidade

Quanto à distribuição das modalidades de formação por região, a análise da tabela 3 indica que os cursos de formação e as oficinas de formação foram desenvolvidas em todas as regiões. Os quatro estágios só foram realizados na região de Lisboa e Vale do Tejo e os 21 projetos foram distribuídos por várias regiões, sendo de destacar a não realização de qualquer projeto na região do Alentejo.

Os 40 círculos de estudos tiveram uma distribuição desigual em todo o território. Houve um predomínio desta modalidade na região do Alentejo, com 20 círculos (50%); seguindo-se a região Norte, com 12 círculos (30%); e Lisboa e Vale do Tejo e Centro, com apenas quatro ações, cada uma nesta modalidade (20%). As oficinas de formação ocorreram em maior número na região Norte, representando 38,3% das realizadas a nível nacional; seguindo-se a região de Lisboa e Vale do Tejo (30,9%); e, em último, a do Centro (17,2%). Em contrapartida, Algarve e Alentejo tiveram um menor número de oficinas de formação, 33 e 42, respetivamente, correspondendo a 13,6%.

Os cursos de formação, também, foram mais desenvolvidos na região Norte (38,6%) e na de Lisboa e Vale do Tejo (36,5%), seguindo-se a região Centro (17,2%), Alentejo (3,9%) e Algarve (3,8%).

| Regiões | Modalidades de formação | | | | |
|------------------------------|-------------------------|--------------------|----------------------|----------|----------|
| | Círculos de estudos | Cursos de formação | Oficinas de formação | Estágios | Projetos |
| Norte | 12 | 753 | 211 | 0 | 5 |
| Centro | 4 | 336 | 95 | 0 | 1 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 4 | 711 | 170 | 4 | 8 |
| Alentejo | 0 | 76 | 33 | 0 | 0 |
| Algarve | 20 | 75 | 42 | 0 | 7 |

Tabela 3 - Número de ações por modalidade de formação e região

A tendência para o predomínio das modalidades de cursos e oficinas de formação é comum aos centros de formação e às restantes entidades formadoras, e está conforme a tendência já enunciada a partir da análise do gráfico 7 e expressa no gráfico 8.

gggg

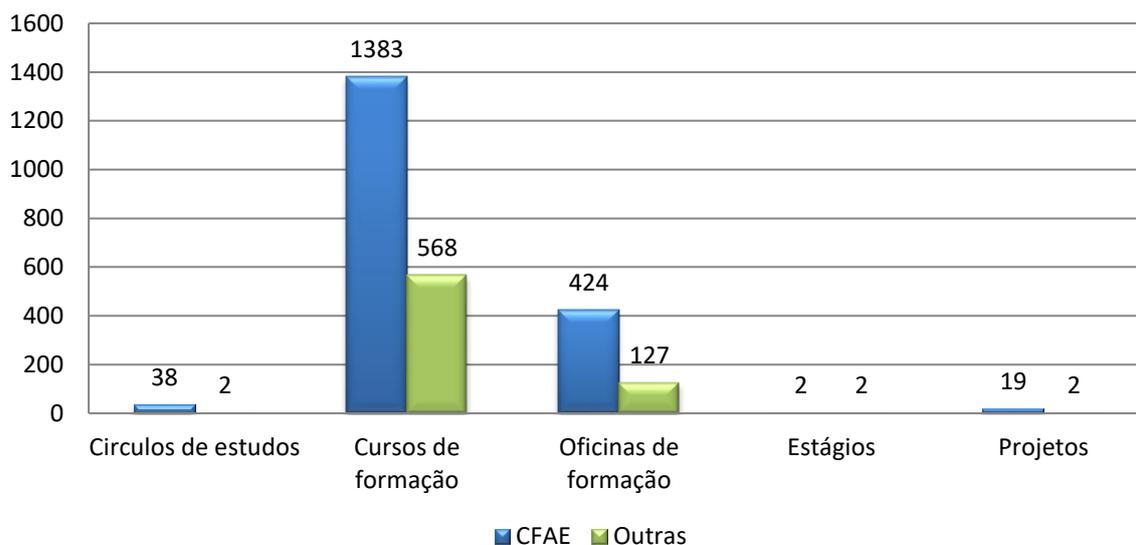


Gráfico 8 - Número de ações por modalidade (CFAE e outras entidades formadoras)

1.2.1. Formação de curta duração

As ações de curta duração são uma das modalidades de formação previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro. Apresentam uma duração mínima de três horas e máxima de seis, e podem assumir a forma de seminários, conferências, jornadas temáticas ou outros eventos de cariz científico e pedagógico. Estas ações relevam para os efeitos previstos no ECD e têm como limite máximo um quinto do total de horas de formação obrigatório no respetivo escalão ou ciclo avaliativo (n.º 2 do artigo 8.º do RJFC).

No ano escolar de 2015/2016 foram reconhecidas e certificadas pelos CFAE, 1043 ações de curta duração, que requerem a verificação cumulativa das seguintes condições:

- A existência de uma relação direta, científica ou pedagógica, com o exercício profissional;
- Manifestação de rigor e qualidade científica e pedagógica;
- Sejam asseguradas por formadores que, no mínimo, sejam detentores do grau de Mestre.
(n.º 2 do artigo 5.º do Despacho n.º 5741/2015, de 29 de maio)

Dos 91 CFAE, cinco não reconheceram e certificaram formação de curta duração, nomeadamente, dois na região Norte e um no Centro; um nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo. A região Norte registou o maior volume de formação de curta duração, com 47,4%; seguida de Lisboa e Vale do Tejo com 30,2%; e do Centro com 12,4%. A formação realizada no Alentejo e Algarve correspondeu a 10% do total das ações certificadas pelos CFAE.

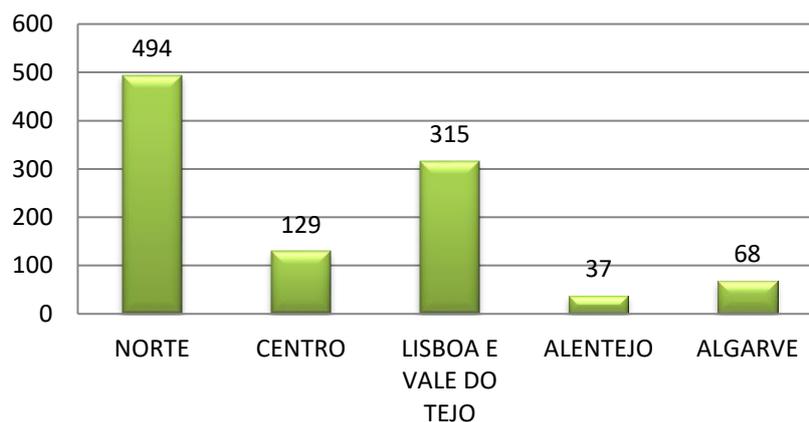


Gráfico 9 - Número de ações de curta duração certificadas por região

O número de formandos por região correspondeu à distribuição do número de ações de curta duração certificadas por região, com exceção dos formandos nas regiões do Alentejo e Algarve (cf. gráfico 10). No Alentejo, a oferta formativa foi menor, mas participaram mais formandos. O maior número de formandos verificou-se na região Norte (49,2%), seguindo-se de Lisboa e Vale do Tejo (31,6%), Centro (14,1%), Alentejo (3%) e Algarve (2,1%).

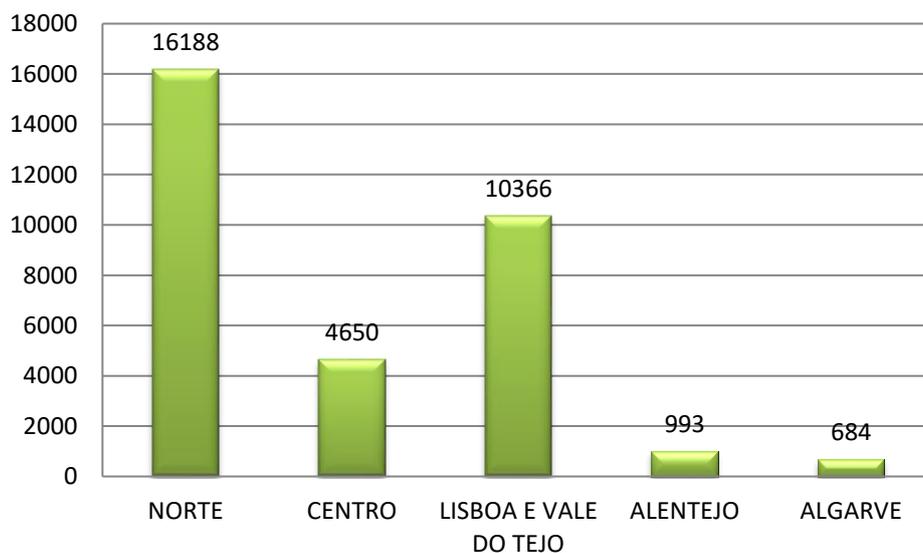
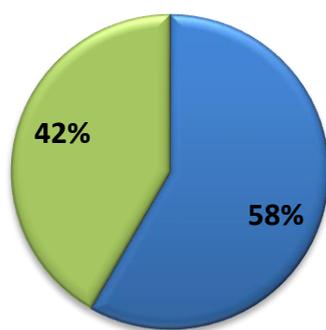


Gráfico 10 - Número de formandos certificados em ações de curta duração.

Na formação de curta duração, a maioria durou 3 horas (58%), sendo que as restantes (42%) variaram entre 3 e 6 horas.

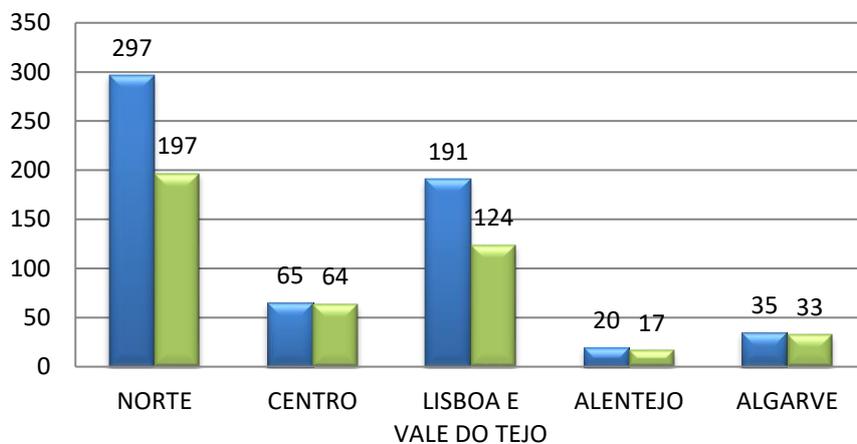


■ Com 3 horas ■ Com mais de 3 horas

Gráfico 11 - Duração das ações de curta duração

Se se atender à duração das ações de curta duração e à sua distribuição por regiões (cf. gráfico 12), verifica-se que as regiões do Centro, Algarve e Alentejo são as que apresentam um maior equilíbrio entre ações com duração de três horas e as que tiveram mais de três.

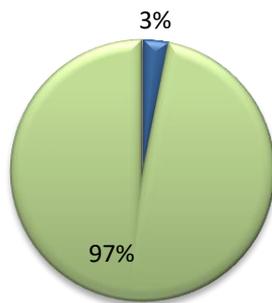
Nas regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, as ações de formação com duração de três horas representam 60,1% e 60,6%, respetivamente, do total da formação realizada.



■ Com 3 horas ■ Com mais de 3 horas

Gráfico 12 - Duração das ações de curta duração por região

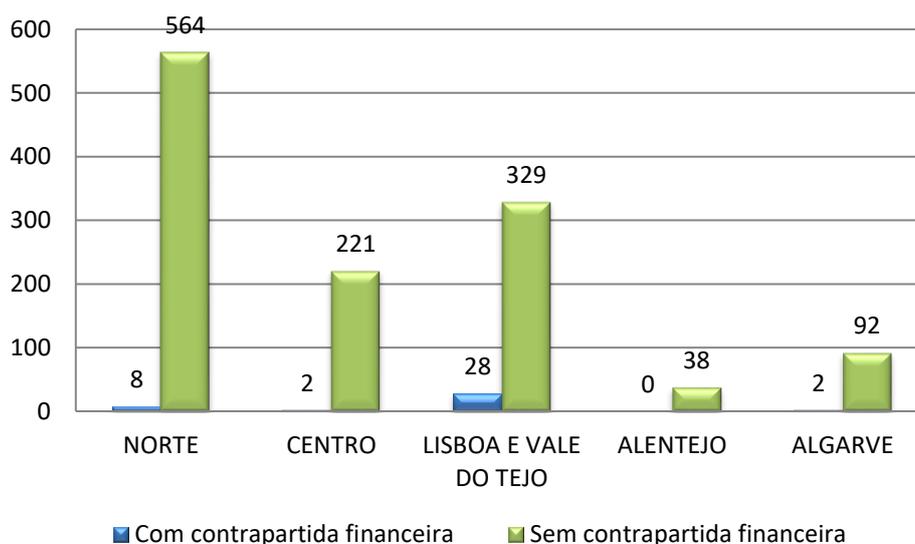
Dos dados apurados, verifica-se que praticamente a totalidade das ações de curta duração foi dinamizada por formadores sem contrapartida financeira (97%).



■ Com contrapartida financeira ■ Sem contrapartida financeira

Gráfico 13 - Percentagem de formadores, com e sem contrapartida financeira.

A análise da distribuição dos formadores por região (cf. gráfico 14) permite concluir que a região Norte tem o maior número de formadores, representando 44,6% da totalidade dos formadores, que realizaram a formação de curta duração, em Portugal, em 2015-2016. Segue-se a região de Lisboa e Vale do Tejo, com 27,8%, e o Centro com 17,3%. Em contrapartida, as regiões do Algarve e do Alentejo, em conjunto têm apenas 10,3% da totalidade dos formadores.

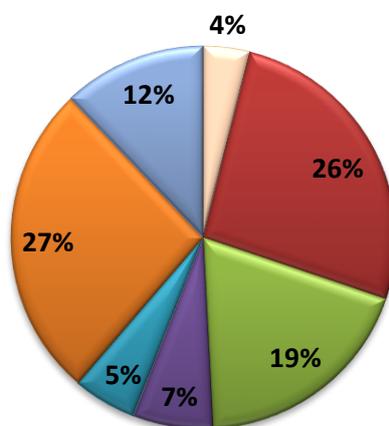


■ Com contrapartida financeira ■ Sem contrapartida financeira

Gráfico 14 - Número de formadores por região em ações de curta duração.

Na distribuição da formação de curta duração por temáticas (cf. gráfico 15) verifica-se que a área da prática pedagógica e didática na docência (27%) e as áreas da docência (26%) foram as que reuniram mais de 50% das ações de formação realizadas. Também foi significativo o número de ações no âmbito da formação educacional geral e das organizações (19%), bem como no âmbito das tecnologias da informação e comunicação, aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar (12%).

Mais residual foi a formação de curta duração realizada nas temáticas da ética e deontológica, da liderança, coordenação e supervisão pedagógica e da administração escolar e educacional, que representam 16% da formação total.



- Administração escolar e administração educacional
- Áreas da docência, ou seja, áreas do conhecimento que constituem matérias curriculares nos vários níveis de ensino
- Formação educacional geral e das organizações educativas
- Formação ética e deontológica
- Liderança, coordenação e supervisão pedagógica
- Prática pedagógica e didática na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula
- Tecnologias da informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar

Gráfico 15 - Percentagem de ações por temática de formação de curta duração

As diversas temáticas de formação, de curta duração, foram desenvolvidas em todas as regiões (cf. gráfico 16), ainda que a sua distribuição não tenha sido uniforme. A região Norte foi a que realizou mais formação na área da prática pedagógica e didática na docência, na área da docência, na da formação educacional geral e das organizações educativas, e ainda na dimensão ética e deontológica (32% do total da formação), seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo (16,6%), com cerca de metade da formação realizada a nível nacional.

A temática das tecnologias de informação e comunicação e da liderança, coordenação e supervisão pedagógica apresentam um valor idêntico nas regiões do Norte e de Lisboa. A região de Lisboa foi a que desenvolveu mais formação de curta duração em administração escolar e educacional, com 61% da formação.

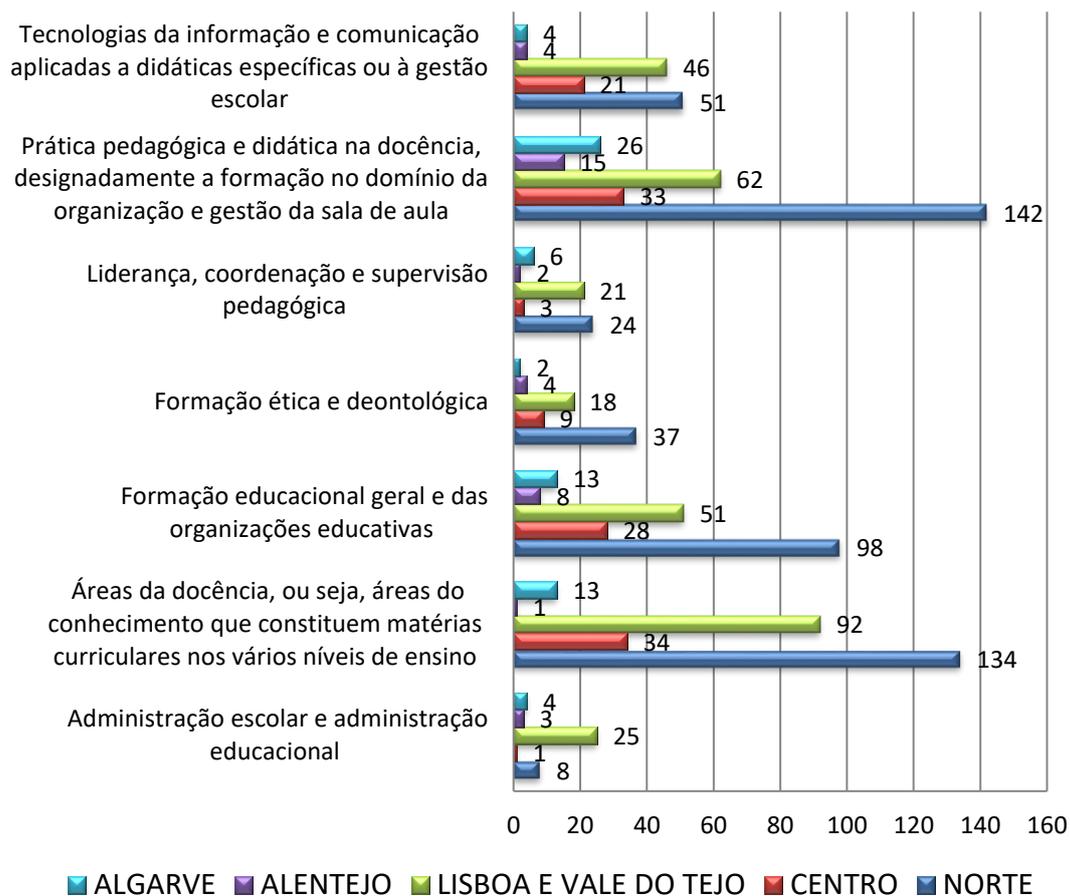


Gráfico 16 - Número de ações de curta duração por temática e região

1.3. Área de formação

A distribuição das ações por área de formação contemplou as sete previstas no RJFCP (cf. gráfico 17). A prática pedagógica e didática na docência foi a que reuniu mais ações de formação (37,2%), seguindo-se as áreas da docência (29,6%). Também foi significativo o número de ações no âmbito da formação educacional geral e das organizações educativas (14,4%), no âmbito das tecnologias da informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar (9,9%), bem como a formação ética e deontológica (5,8%). Muito residual foi a realizada em liderança, coordenação e supervisão pedagógica (1,7%), tal como na área de administração escolar e educacional (1,4%).

Em conformidade com o número de ações de formação por área, a análise do gráfico 17 permite constatar que o número de turmas acompanhou essa matriz, tendo sido realizadas mais turmas (36,7%) na área de prática pedagógica e didática na docência, seguida das áreas da docência (29,8%). O número de turmas foi menor, mas ainda significativo, na área de formação educacional geral e das organizações educativas, na área das tecnologias da informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar e na área da formação ética e deontológica, correspondendo a um percentual de 14,1%, no primeiro caso, de 10%, no

segundo caso, e de 6,5%, no terceiro caso. Nas áreas de liderança, coordenação e supervisão pedagógica e de administração escolar e administração educacional, o número de turmas foi residual, correspondendo a 1,5% e 1,4%, respetivamente.

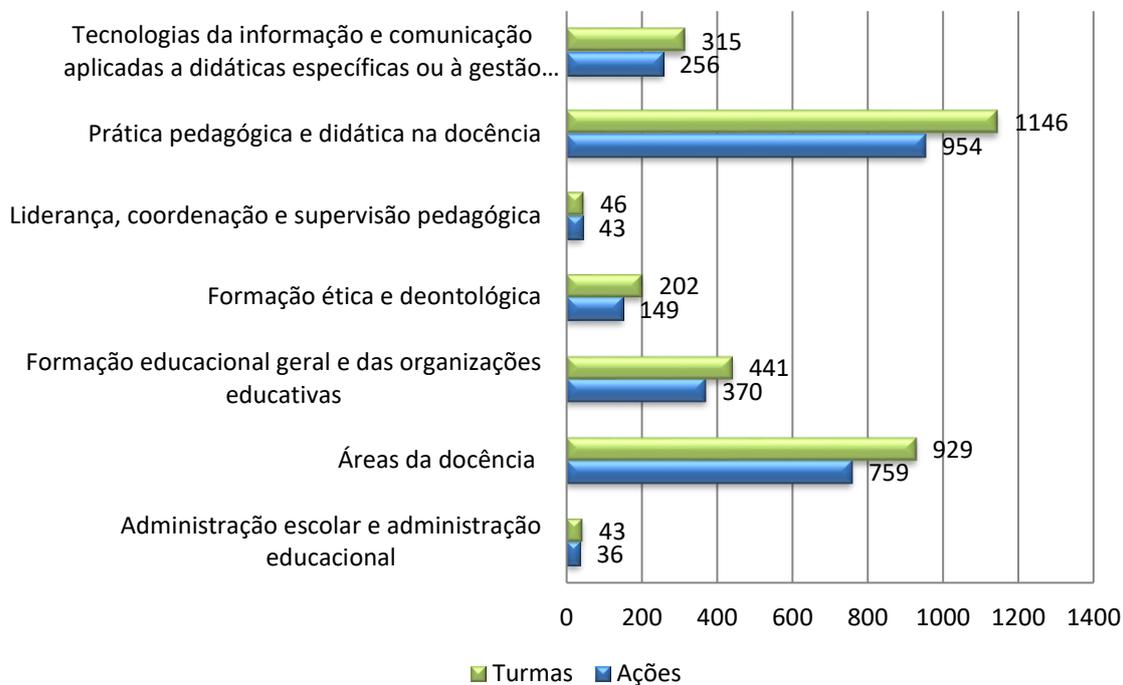


Gráfico 17 - Número de ações e turmas por área de formação

1.4. Dimensão de formação

Tendo em consideração o número de ações de formação que foram acreditadas na dimensão científica e pedagógica da função docente, conforme o estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, verifica-se que estas são equivalentes às que não se enquadram na referida dimensão, representando, cada uma, 50% da formação realizada.

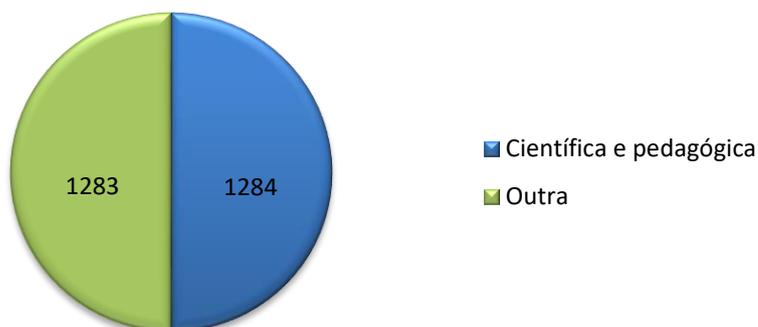


Gráfico 18 - Número de ações por dimensão

A este número de ações de formação realizadas na dimensão científica e pedagógica corresponde 46,3% da totalidade dos formandos envolvidos na formação em 2015-2016.

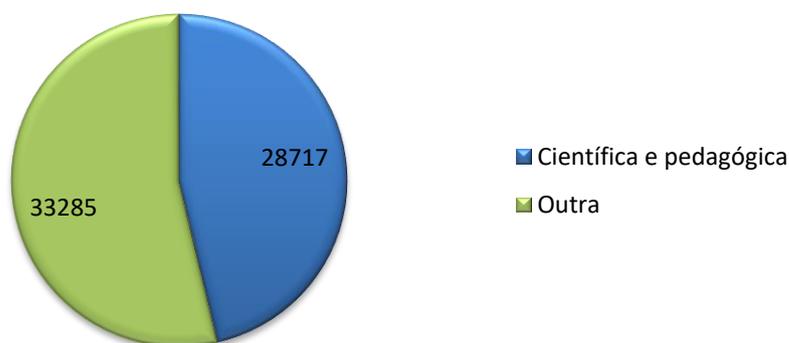


Gráfico 19 - Número de formandos por dimensão

1.5. Duração da formação

Fazendo uma análise à duração da formação realizada, constata-se que a maioria das ações, 73%, teve uma duração não superior a 25 horas. As ações com uma duração entre 26 e 50 horas representam 25% da formação realizada. A realização de ações de formação com uma duração superior a 50 horas é residual, como se pode verificar no gráfico 20.

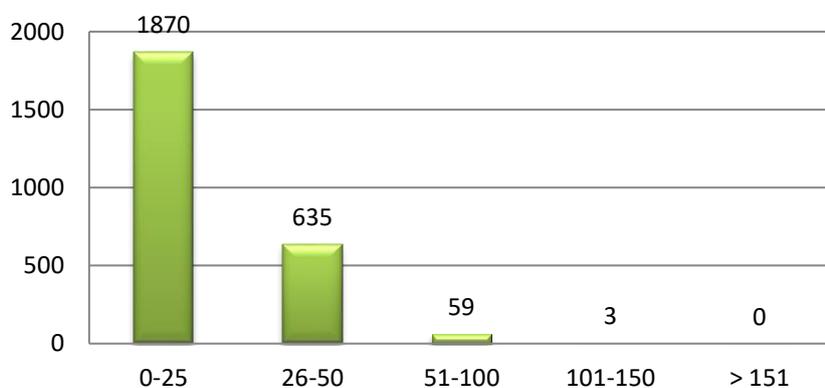


Gráfico 20 - Número de ações de formação por duração

1.6. Formandos

1.6.1. Caracterização global dos formandos

O número de formandos por área de formação correspondeu à distribuição já verificada no número de ações de formação e turmas (cf. gráfico 17). O maior número de formandos verificou-se na área de prática pedagógica e didática na docência (38,3%), seguindo-se as áreas

da docência (28,3%). A área de formação educacional geral e das organizações educativas reuniu 14,2% dos formandos, a área de tecnologias de informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar teve 9% dos formandos, e a de formação ética e deontológica agregou 7,4% dos formandos. Houve apenas 1,6% de formandos na área de liderança, coordenação e supervisão pedagógica, e 1,2% na área de administração escolar e educacional.

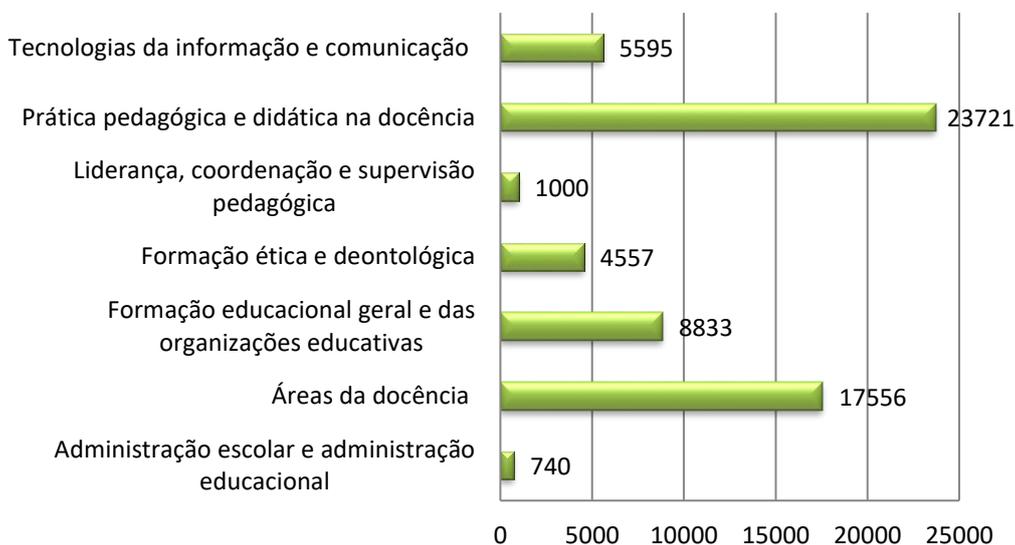


Gráfico 21 - Número de formandos por área de formação

A tendência maioritária de ações de formação com uma duração não superior a 25 horas reflete-se, de forma mais evidente, no número de formandos. Assim, 78,4% realizou formação neste intervalo de duração. 20,2% dos formandos concluíram formações entre 26 e 50 horas. O número de formandos certificados em ações de formação com uma duração superior a 50 horas é residual, representando um percentual de 1,4% da totalidade.

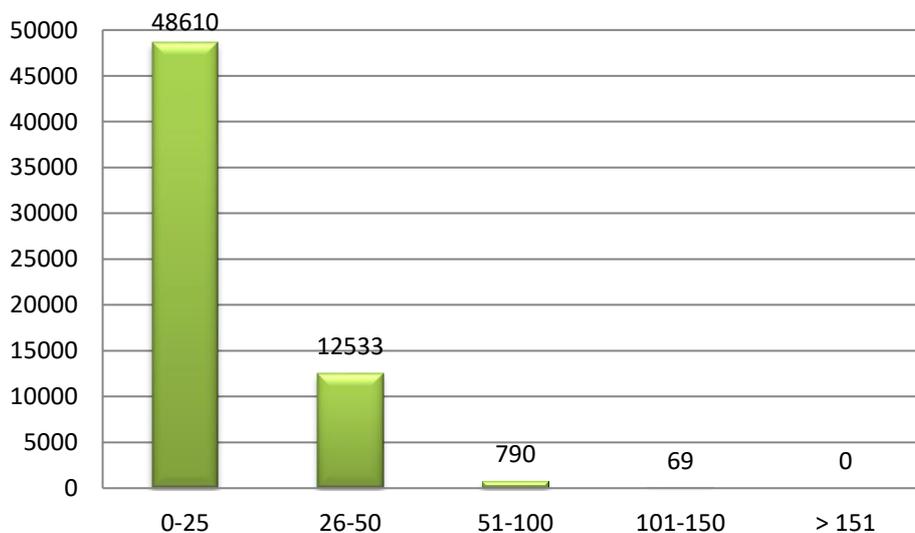


Gráfico 22 - Número de formandos por duração da ação de formação

1.6.2. Caracterização dos formandos por região

A análise do número de formandos, no gráfico 23, permite verificar que a região Norte é a que apresenta o maior número (39%), acompanhando a tendência anterior relativa ao número de ações de formação e de turmas. Em segundo lugar, surge a região de Lisboa e Vale do Tejo, com 34% dos formandos. É de destacar que o número de formandos, nestas duas regiões, representa 73% da totalidade dos formandos.

A formação realizada na região Centro abrangeu 18% dos formandos, que realizaram formação, e as regiões do Algarve e Alentejo contaram com o menor número de formandos (5% e 4%, respetivamente).

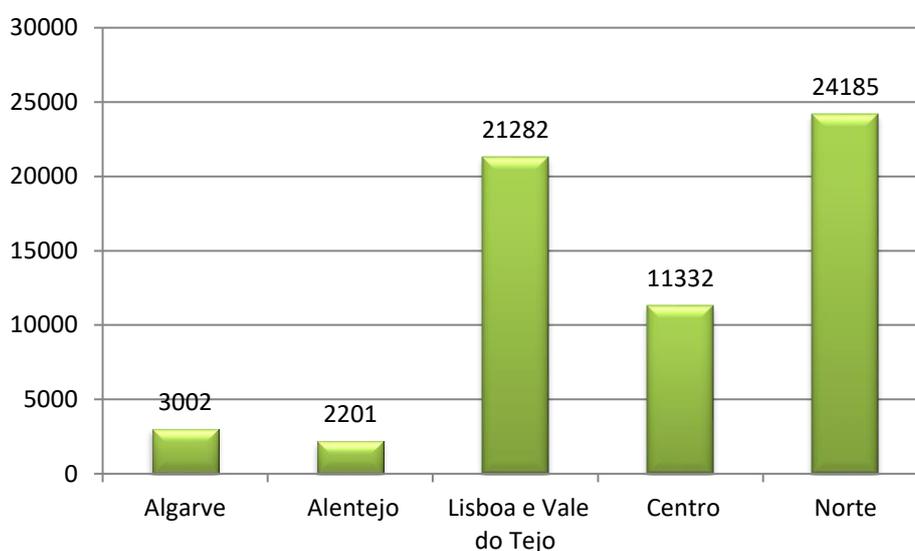


Gráfico 23 - Número de formandos por região

A conclusão da formação teve uma taxa muito elevada em todas as regiões, como se constata no gráfico 24. Na região do Alentejo, 94,7% dos formandos concluíram a formação; na região de Lisboa e Vale do Tejo, 94,6%; no Centro, 94,2%; no Norte, 93,9%; e no Algarve, 93%.

A região Norte registou o maior número de formandos com formação concluída (n= 22713). Em segundo lugar, Lisboa e Vale do Tejo (n=20140) e em terceiro, a região Centro (n=10677). Nas regiões do Algarve e Alentejo, o número de formandos que concluiu a formação foi mais reduzido, pouco mais de metade da região Centro (n=5876) (cf. gráfico 24).

Por outro lado, também se constata que na região Norte um maior número de formandos não concluiu a formação, e que a região de Lisboa e Vale do Tejo teve igualmente mais formandos nestas condições do que a do Centro. Nesta região o número de formandos é de 655. Nas regiões do Alentejo e do Algarve, o número de docentes que não concluiu a formação é metade daquele que se verificou na região Centro, e no Algarve esse número é ligeiramente superior ao verificado no Alentejo.

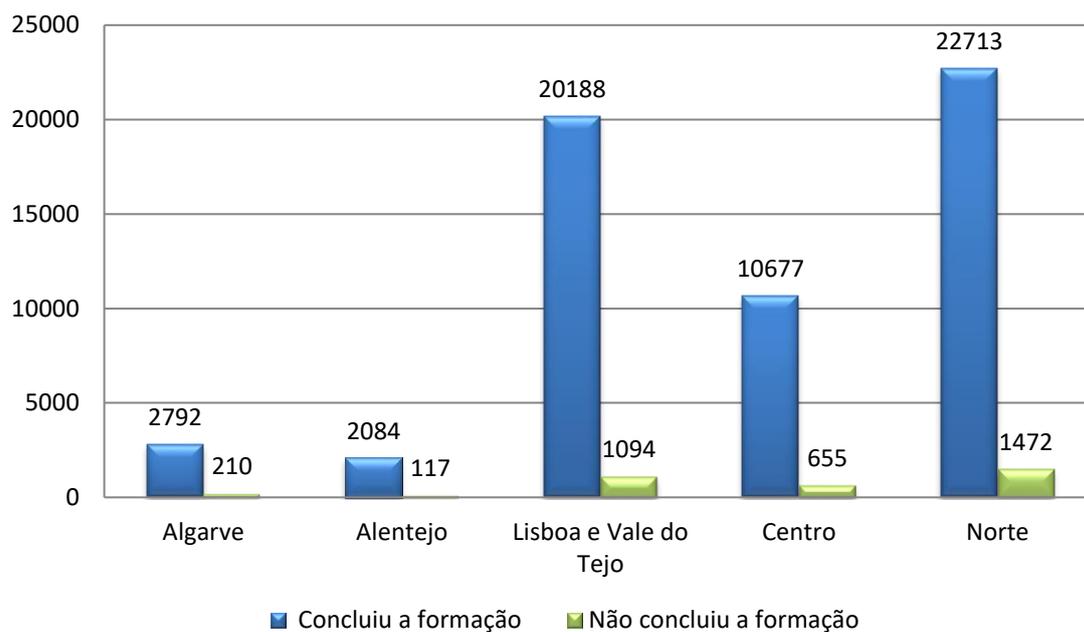


Gráfico 24 - Número de formandos com e sem conclusão da formação por região

Da análise da avaliação dos formandos, a partir dos dados da tabela 4, verifica-se que a menção qualitativa de *Excelente* corresponde, em todas as regiões, a mais de 70%, sendo no Norte e no Centro superior a 80%.

No extremo oposto da escala, a de *Insuficiente* é residual em todas as regiões, não abrangendo 1% dos formandos. O mesmo sucede com a de *Regular*, embora registe a percentagem mais elevada no Algarve (0,6%).

É importante destacar que a percentagem de formandos, com menção de *Muito Bom*, em cada região, é muito menor do que a de *Excelente*. No que respeita à avaliação de *Bom*, a região do Alentejo é aquela onde a maior percentagem relativa se inscreve (6%), seguida das regiões de Lisboa e Vale do Tejo (3,7%), Centro, Norte e Algarve, muito próximas entre si (2,5%, 2,4% e 2,3%, respetivamente).

Tabela 4 - Número e percentagem de formandos por região e menção avaliativa.

| Regiões | Excelente | | Muito bom | | Bom | | Regular | | Insuficiente | |
|------------------------------|-----------|------|-----------|------|-----|-----|---------|-----|--------------|-----|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Norte | 19239 | 84,7 | 2707 | 11,9 | 551 | 2,4 | 68 | 0,3 | 148 | 0,7 |
| Centro | 9005 | 84,3 | 1341 | 12,6 | 270 | 2,5 | 28 | 0,3 | 33 | 0,3 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 16082 | 79,7 | 3195 | 15,8 | 750 | 3,7 | 102 | 0,5 | 53 | 0,3 |
| Alentejo | 1522 | 73,0 | 426 | 20,4 | 124 | 6,0 | 8 | 0,4 | 4 | 0,2 |
| Algarve | 2147 | 76,9 | 560 | 20,1 | 64 | 2,3 | 17 | 0,6 | 4 | 0,1 |

1.7. Formadores

1.7.1. Caracterização dos formadores por entidade formadora

Os formadores que dinamizaram a formação contínua de professores em 2015-2016, em Portugal, distribuíram-se maioritariamente pelos CFAE (70%), embora as restantes entidades também tivessem envolvido um número considerável de formadores (n= 1297) (cf. gráfico 25).

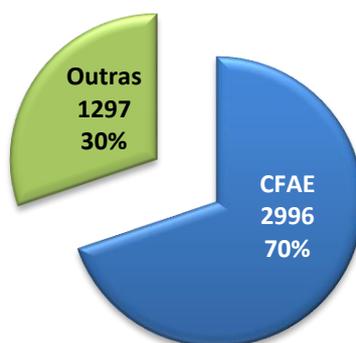


Gráfico 25 - Número e percentagem de formadores por entidade

A grande maioria dos formadores dinamizou a formação nos CFAE e em outras entidades sem contrapartida financeira (54%) (cf. gráfico 26).

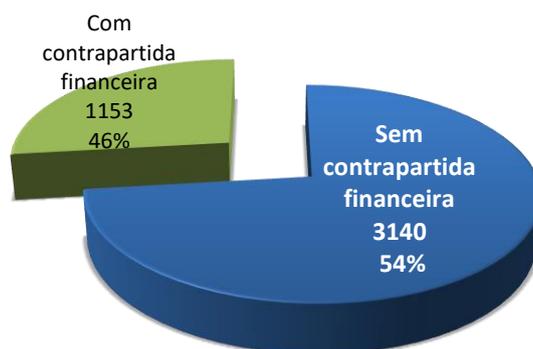


Gráfico 26 - Número e percentagem de formadores com e sem contrapartida financeira

Uma análise mais específica a cada entidade formadora sustenta os resultados gerais, uma vez que a maioria das instituições, quer se trate de CFAE, de estabelecimentos do ensino superior público/particular ou cooperativo, de associações profissionais/científicas/culturais, de institutos/organismos públicos ou de outras entidades formadoras, recorre a formadores sem contrapartida financeira. A única exceção diz respeito às organizações sindicais (cf. gráfico 27).

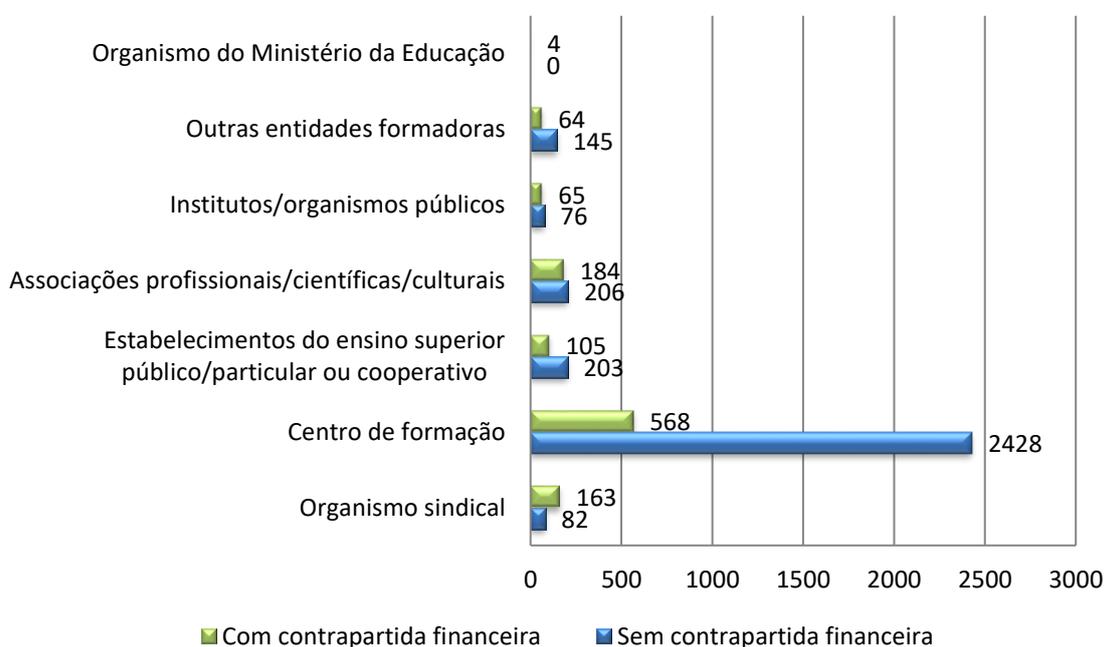


Gráfico 27 - Número de formadores com e sem contrapartida financeira por entidade formadora

II. ANÁLISE COMPARATIVA DA FORMAÇÃO CONTÍNUA - 2014 / 2016

2. Caracterização global da formação

Ao terminar a análise dos dados da formação contínua, realizada no ano escolar de 2015-2016, importa fazer uma análise comparativa com os do ano anterior. O número de ações, turmas, formandos e horas de formação diminuíram no ano escolar de 2015-2016, relativamente ao de 2014-2015 (tabela 5).

As disposições das sucessivas leis dos orçamentos do Estado, que têm impedido a progressão na carreira, poderão explicar a diminuição do número de ações de formação (8,5%), de turmas (menos 24%), de formandos participantes (menos 28,7%) e de horas de formação (menos 25,8%).

| Ações | | Turmas | | Formandos | | Horas de formação (das ações) | |
|---------|---------|---------|---------|-----------|---------|-------------------------------|---------|
| 2014-15 | 2015-16 | 2014-15 | 2015-16 | 2014-15 | 2015-16 | 2014-15 | 2015-16 |
| 3151 | 2567 | 4113 | 3122 | 86991 | 62002 | 92913 | 68981 |

Tabela 5 - Formação contínua realizada em 2014-2015 e 2015-2016 (Portugal Continental)

Na análise das modalidades de formação constata-se que a diminuição do número de ações nos anos 2014-2015 e 2015-2016 foi mais significativa nas oficinas de formação (menos 23,7%) do que nos cursos de formação (menos 16,6%).

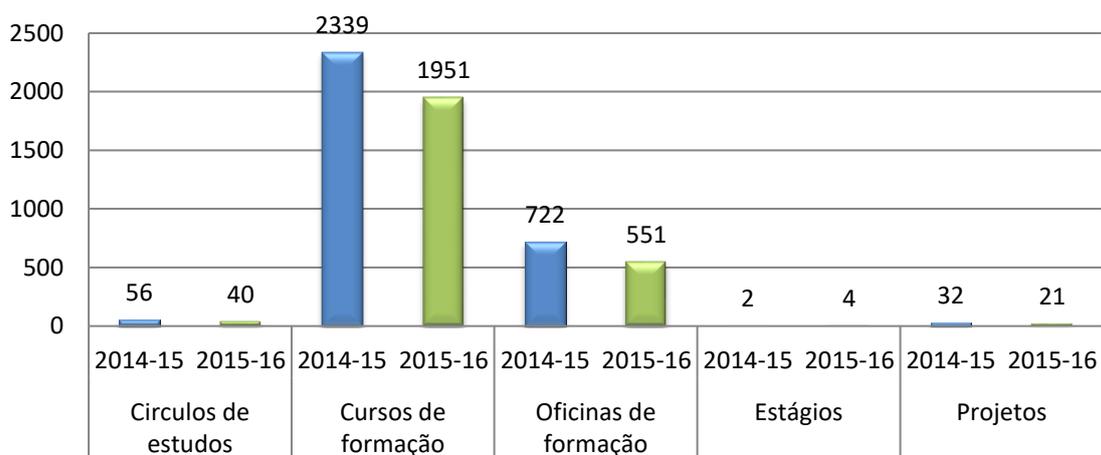


Gráfico 28 - Número de ações por modalidade

As ações de formação realizadas na dimensão científica e pedagógica são as que apresentam uma diminuição mais significativa (21,5%), quando comparadas com as que não se realizaram nesta dimensão (0,07%), que mantiveram praticamente o mesmo valor.

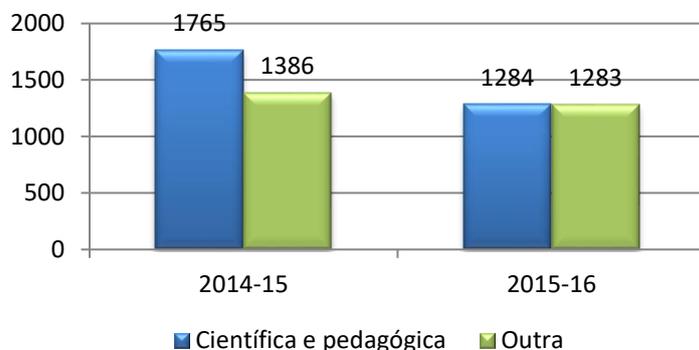


Gráfico 29 - Número de ações por dimensão

Quanto ao número de horas de formação (das turmas), por região, a situação não é uniforme, dado que as regiões Norte, Centro e Alentejo apresentam uma diminuição desde 2014-2015, de 7,9%, 38,4% e 26,1% respetivamente, enquanto na região de Lisboa e Vale do Tejo o número de horas de formação aumentou 7,9% em 2015-2016.

A região do Algarve é a que apresenta um valor mais equilibrado quanto ao número de horas de formação realizado nos dois anos (variação de 1%).

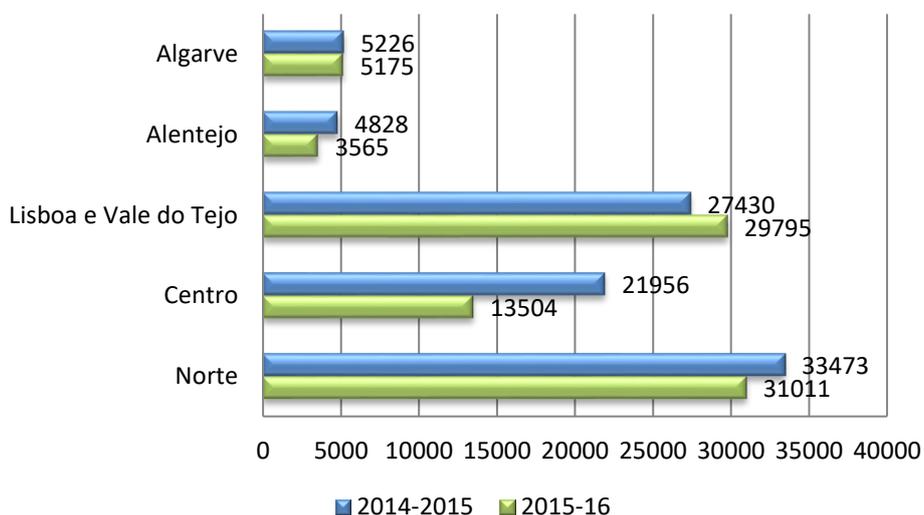


Gráfico 30 - Número de horas de formação por região (das turmas)

Se atendermos ao número de ações de formação realizadas por modalidade, foi na modalidade curso de formação, conforme é apresentado no gráfico 31, que a diminuição foi mais acentuada entre os CFAE e as restantes entidades (15,9%). Em relação às oficinas de formação, o número de ações dos CFAE diminuiu 25,4%, enquanto nas outras entidades o valor foi de 17,5%. Quanto aos círculos de estudo, o número de ações é residual entre as entidades formadoras (n=56 em

2014/2015 e n=40 em 2015/2016), verificando-se, no entanto, uma diminuição de 30,9% no volume da formação realizada nos CFAE.

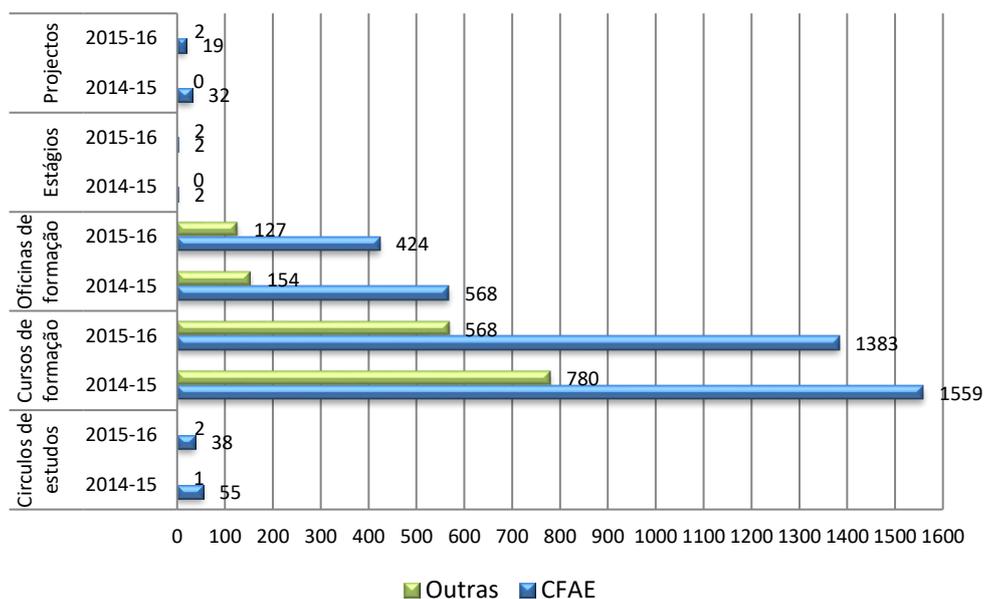


Gráfico 31 - Número de ações de formação por modalidade (CFAE e outras entidades)

2.1. Ações de formação e turmas

O número de ações de formação realizadas nas cinco regiões, ao longo dos dois anos escolares, seguiu a já referida orientação de diminuição verificada. Esta diminuição foi desigual, uma vez que se situa entre uma diminuição de 33,9% na região do Alentejo e 11,3% na região de Lisboa e Vale do Tejo, que apresentou o valor mais baixo. As regiões Centro, Norte e Algarve também apresentam uma diminuição do número de ações, entre 26,4%, 19% e 15,8%, respetivamente.

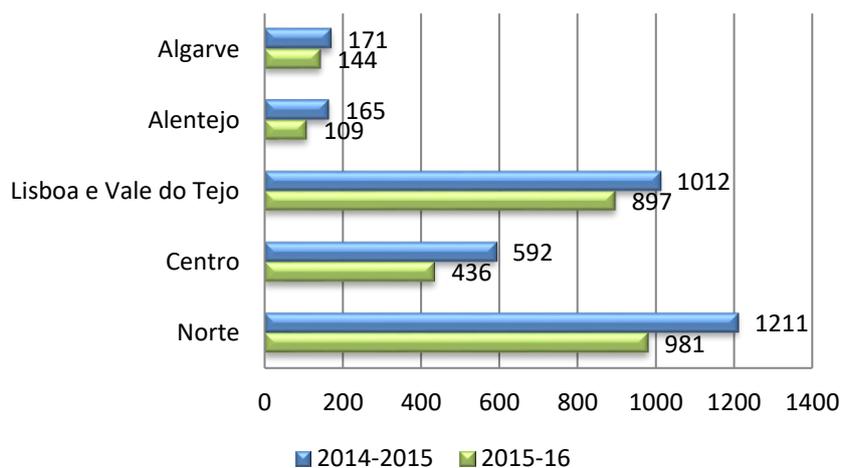


Gráfico 32 - Número de ações de formação por região

O número de turmas por região, apresentado no gráfico 33, segue a tendência verificada nas ações de formação.

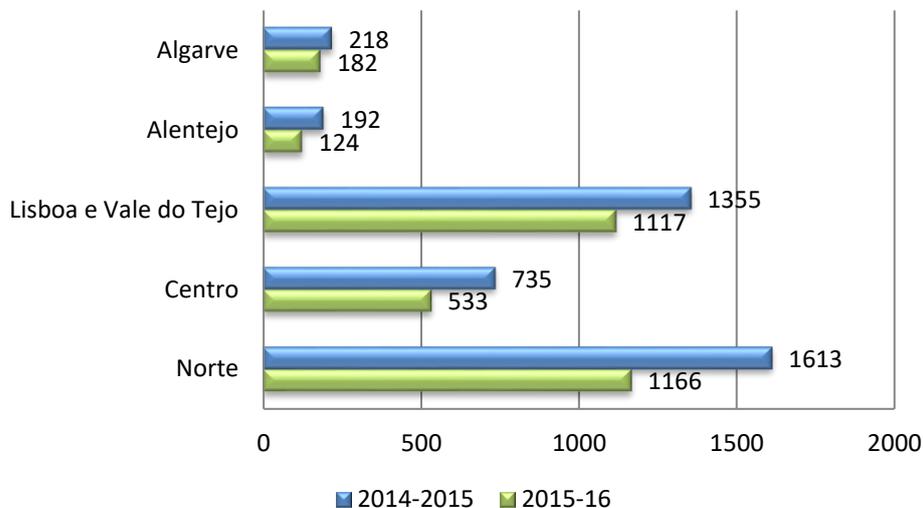


Gráfico 33 - Número de turmas por região

A diminuição das ações de formação nas várias áreas de formação, ao longo do biénio (cf. gráfico 34), foi mais evidente nas áreas da docência (25,5%), seguida da prática pedagógica e didática na docência, com menos 23,3%. Destaca-se a área da formação educacional geral e das organizações educativas, por ser a única área de formação que aumentou em 11,3% o número de ações de formação realizadas em 2015-2016.

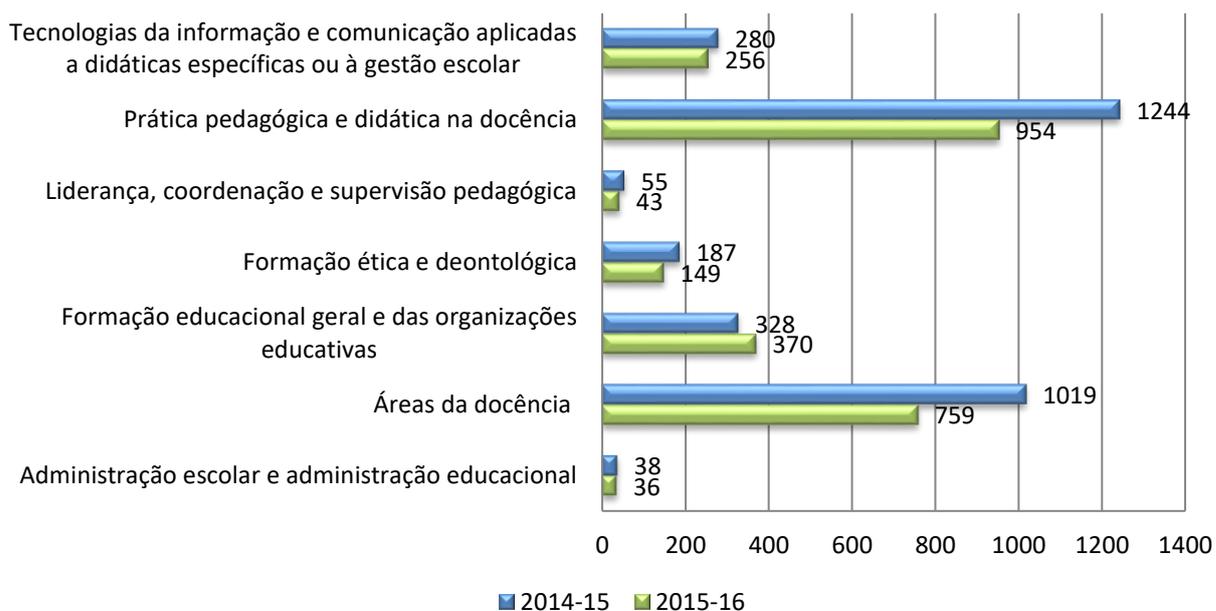


Gráfico 34 - Número de ações por área de formação

O número de turmas por área de formação está de acordo com o número de ações, ainda que tenha sido na área da docência que a diminuição foi mais acentuada (36%), seguida pela prática pedagógica e didática na docência e pelas áreas da docência. A área da administração escolar e administração educacional e da formação educacional foram as únicas áreas de formação onde o número de turmas aumentou 9,3% e 5,4%, respetivamente.

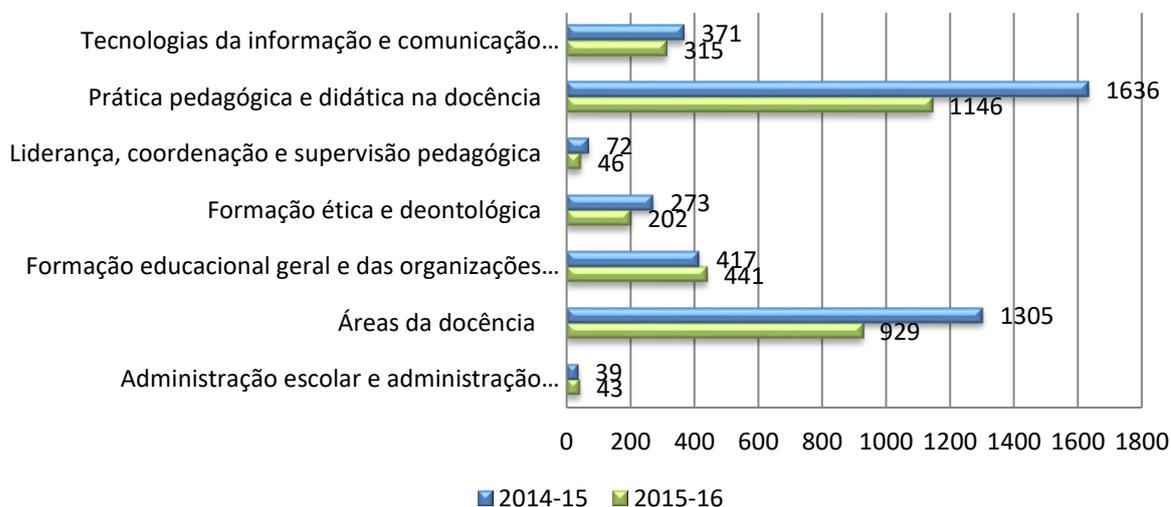


Gráfico 35 - Número de turmas por área de formação

2.2. Formandos

O número de formandos que frequentou a formação em 2015-2016 foi inferior ao de 2014-2015 (cf. tabela 5), situação que se verificou em todas as regiões de Portugal Continental. A análise do gráfico 36 permite concluir que a região do Alentejo foi a que registou a maior diminuição (40,7%), seguida do Norte (33,5%), de Lisboa e Vale do Tejo (24,7%), do Algarve (22,8%) e do Centro (20,6%).

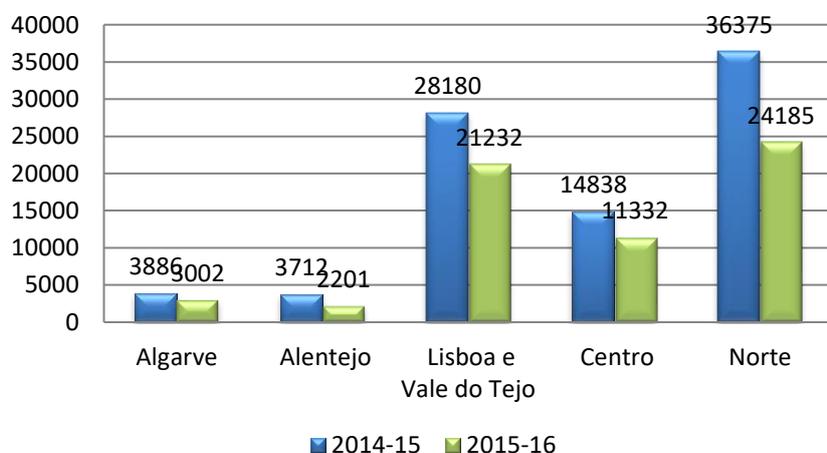


Gráfico 36 - Número de formandos por região

O número de formandos por área de formação seguiu igualmente a diminuição registada (cf. gráfico 37). A maior diminuição de formandos verificou-se na área da liderança, coordenação e supervisão pedagógica (38,4%), seguida da prática pedagógica e didática na docência e da administração escolar e administração educacional (33,3% e 33,2%, respetivamente). A área da administração escolar e administração educacional foi a que registou uma diminuição menos significativa (2,5%).

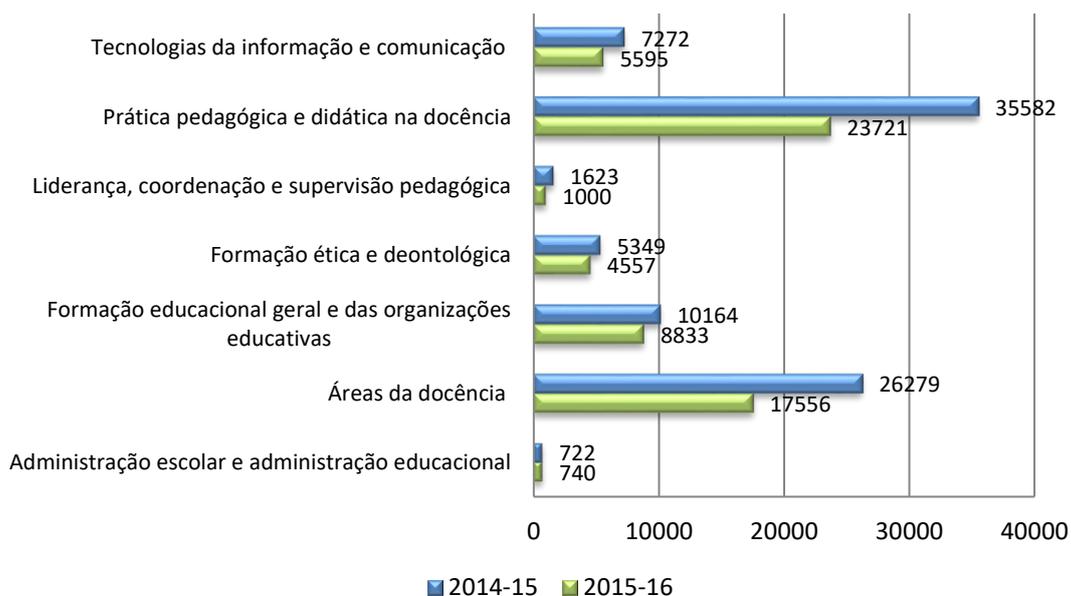


Gráfico 37 - Número de formandos por área de formação

O número de formandos que não concluiu a formação aumentou de 5,7%, em 2014/2015, para 6,7%, em 2015/2016.

A taxa de conclusão apresenta um valor aproximado nos dois anos, sendo de 94,6% em 2014-2015 e de 94,3% no ano escolar seguinte.

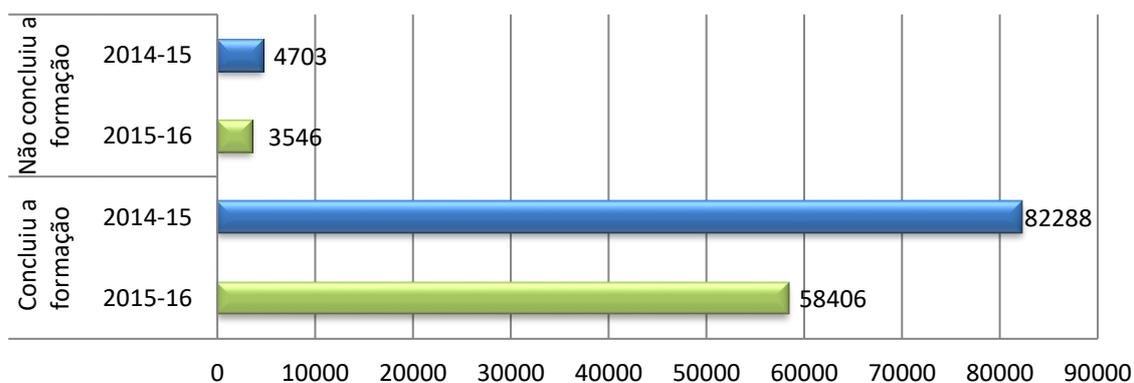


Gráfico 38 - Número de formandos que concluiu e não concluiu a formação

2.3. Formadores

Os formadores que dinamizaram formação contínua de professores em 2015-2016, em Portugal, diminuíram em relação a 2014-2015 (cf. gráfico 39), tanto nos CFAE como nas outras entidades formadoras, sendo este decréscimo mais acentuado nestas últimas (53,7%, em contraponto com 15,9% nos CFAE).

No ano de 2015-2016, o número total de formadores que desenvolveram formação (n=4293) diminuiu 32,6% em relação a 2014-2015 (n=6366).

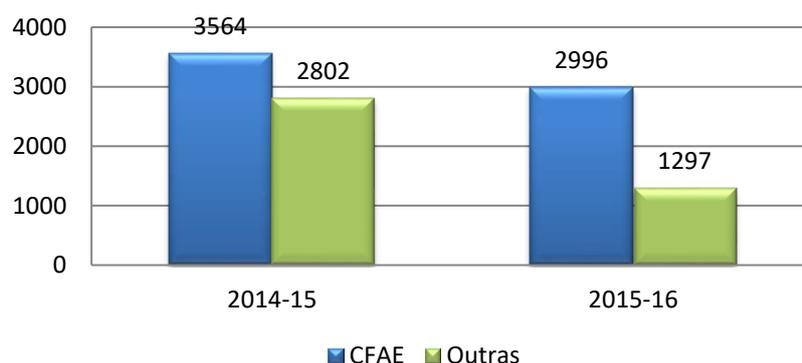


Gráfico 39 - Número de formadores por entidade

Ao analisar os dados do gráfico 40, verifica-se que o número de formadores sem contrapartida financeira representa 71,1% do número total de formadores nos anos escolares de 2014-2015 e 2015-2016 (n=10659).

Nos formadores com contrapartida financeira, a diminuição entre os dois anos escolares foi maior (40,1%) do que nos formadores sem contrapartida financeira (29,3%).

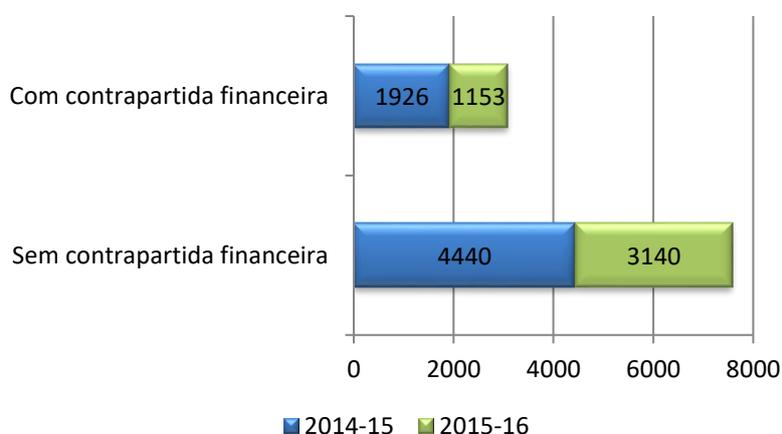


Gráfico 40 - Número de formadores com e sem contrapartida financeira

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados, apresentados neste relatório, pretende contribuir para a compreensão da formação contínua de educadores e professores, realizada a nível nacional no ano letivo 2015-2016, enquadrada pela formação ministrada no ano transato. Os dados evidenciam a complexidade do trabalho desenvolvido neste âmbito, com vista à melhoria da qualidade da formação e respetiva relevância no sistema educativo. Da análise, destaca-se a importância crucial dos CFAES como parceiros estratégicos na construção e concretização das políticas locais e nacionais de formação contínua de educadores e professores.

Caraterização da formação contínua realizada em 2015-2016. A relevância da formação contínua, realizada em 2015-2016, é evidenciada pelo número significativo de ações (2567), turmas (3122), horas de formação (68981) e formandos envolvidos (68981) a nível nacional. A região Norte lidera este processo formativo, provavelmente por razões demográficas, seguida de Lisboa e Vale do Tejo, Centro, Algarve e Alentejo.

No domínio do planeamento e execução da formação contínua, todas as áreas temáticas, consagradas pela tutela ministerial (DL n.º 22/2014 de 11 de fevereiro) são implementadas pelas entidades formadoras, sendo de destacar, como legislado, a valorização conferida à prática pedagógica e didática e ao conhecimento curricular. Complementarmente, as práticas formativas respondem a necessidades na área educacional geral e das organizações educativas, nas tecnologias da informação e comunicação e na dimensão ética e deontológica. A formação específica, para o desempenho de funções de liderança de topo e intermédia nas escolas, regista um menor número de ações, o que pode ser compreensível face ao número de atores envolvidos nos domínios da administração escolar e educacional, liderança, coordenação e supervisão pedagógica.

Relativamente às entidades formadoras, destaca-se o papel central dos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAES) na realização (73,7%) e certificação (76,4%) da formação contínua, comparativamente com o desempenhado por outras instituições, como associações profissionais/científicas/culturais e estabelecimentos do ensino superior público/particular ou cooperativo.

No que respeita às modalidades de formação, definidas pelo RJFCP, predomina o curso de formação (em 76% da oferta) seguido da oficina (21%), independentemente da entidade formadora. Uma tendência já registada em anos anteriores, comparada com a formação centrada em círculo de estudos e oficina. Contudo, é cada vez mais notório o investimento em diversas possibilidades de formação, umas de caráter academizante e outras articuladas com funções não letivas, que espelham a multiplicidade e complexidade da profissionalidade docente.

Complementarmente, a modalidade de formação de curta duração tem realçado a natureza formadora da participação em projetos, seminários, conferências e eventos (inter)nacionais de cariz científico e pedagógico, permitindo uma resposta flexível às condições individuais dos atores educativos. Uma modalidade de sucesso (1043 ações) implementada e certificada pela maioria dos CFAES (86 em 91).

A qualidade nacional da formação contínua de educadores e professores parece emergir, por um lado, do planeamento, execução e avaliação da oferta formativa pelas entidades formadoras e, por outro, do sucesso do processo formativo. No primeiro caso, a avaliação da oferta formativa parece estar interligada com o estatuto do formador. Tendo em conta a crescente qualificação dos profissionais da educação, a tutela ministerial tem privilegiado o recurso a formadores internos, afetos na sua grande maioria aos CFAES, sem contrapartidas financeiras. Uma realidade remuneratória, que é extensível a outras entidades formadoras, com exceção dos sindicatos.

No segundo caso, a qualidade da formação tende a ser avaliada pela elevada taxa de conclusão e avaliação dos formandos, nomeadamente, pelas menções de excelência (a representar 70% a 80% do total), com implicações no desenvolvimento profissional e melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Análise comparativa da formação contínua realizada entre 2014 e 2016. Uma breve análise comparativa dos resultados permitiu destacar, na globalidade, que o número de ações, turmas, formandos e horas de formação diminuíram no ano escolar 2015-2016, relativamente a 2014-2015. Uma situação que se inscreve num contexto político, social e económico instável, marcado por processos de contenção e redução da despesa pública, com implicações no “congelamento” das carreiras, nomeadamente, a docente, e limitações ao financiamento da formação profissional.

Os resultados revelam ainda que as assimetrias regionais em termos de oferta formativa, mantêm-se nos dois anos letivos, embora a redução da formação tenda a ter consequências negativas em regiões com mais dificuldades de acessibilidade à formação.

A comparação realizada entre modalidades de formação, destaca, sobretudo, a redução da *oficina* face ao *curso de formação*. Uma situação explicada, por algumas entidades formadoras, como um resultado negativo de desfasamentos administrativos e cronológicos entre planeamento da modalidade, processo de acreditação e respetivo financiamento.

Embora exista uma tendência geral para a diminuição da oferta formativa em 2016 face a 2014, esta é mais notória em áreas temáticas, como a docência, prática pedagógica e didática. Curiosamente, a oferta formativa dicotomiza-se entre o geral e o específico. Por um lado, emergem áreas educacionais globalizantes, face às necessidades do educador e professor como um agente local e global, e, por outro, foca-se na especialização em governação da educação, em sintonia com os objetivos da política nacional de formação contínua de educadores e professores.